

## O trabalho do Assistente Social no SUAS e a Formação Profissional

*The Work of the Social Assistant in SUAS and Professional Education*

Vini Rabassa da SILVA<sup>1</sup>

Mara Rosange Acosta de MEDEIROS<sup>2</sup>

Mariana Passos DUTRA<sup>3</sup>

**Resumo:** Este texto resulta de uma pesquisa realizada no período de março de 2009 a dezembro de 2010 em municípios do Estado do Rio Grande do Sul, classificados como de gestão plena na política da assistência social. O estudo expõe e analisa os resultados obtidos com a pesquisa aplicada diretamente com assistentes sociais sobre espaços sócioocupacionais, funções exercidas, instrumentalização usada, perspectiva ético-política, dificuldades enfrentadas na ação profissional e apresentação de propostas para a formação profissional.

**Palavras-chave:** Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assistente Social. Ação Profissional, Formação Profissional.

**Abstract:** This paper is the result of a study conducted from March 2009 – December 2010 in municipalities in Rio Grande do Sul State, classified as complete social assistance policy management. The study presents and analyzes the results obtained with the study conducted directly among social assistants at socio-occupational spaces, the functions they exercised, the tools used, the ethical-political perspective and the difficulties confronted in the professional action. It then presents proposals for professional education.

**Keywords:** Single Social Assistance System (SUAS). Social Assistance. Professional Action, Professional Education.

Submetido em: 17/3/2012

Aceito em: 30/4/2012

---

<sup>1</sup>Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Adjunta do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas/UCPEL. E-mail: <vini@ucpel.tche.br>.

<sup>2</sup>Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora Adjunta do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas/UCPEL. E-mail: <rosange@terra.com.br>.

<sup>3</sup>Graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas. Assistente Social na OSCIP Sociedade Amigos de Coração em Niterói-RJ. E-mail: <rosange1@terra.com.br>.

## Introdução

O novo Sistema de Gestão Descentralizado e Participativo da política de assistência social aponta para a materialização de direitos e o desenvolvimento da autonomia dos usuários, em conformidade com as diretrizes gerais da formação profissional. Entretanto, a mudança de uma política não pode ser atribuída somente a sua regulamentação, e/ou reestruturação administrativa, já que vários outros elementos serão determinantes na sua implantação. Assim, o Estado deve assegurar as condições concretas à sua efetivação tais como financiamento, estrutura, e recursos humanos qualificados para a sua plena operacionalização. E, todos os trabalhadores que nela desenvolvem o seu exercício profissional deverão pautar a sua ação em concordância com os novos princípios e diretrizes gerais. Decorre, daí, o interesse no estudo sobre a ação profissional dos assistentes sociais no SUAS, considerando a significativa mudança proposta por este Sistema para a política da assistência social com as suas conseqüentes determinações no exercício profissional nesta área, particularmente em um período demarcado por velhos e novos desafios oriundos da carga histórica da assistência e do serviço social no Brasil, e das transformações em curso.

Para a elaboração deste texto foi feito um recorte nos resultados gerais da pesquisa<sup>4</sup>, a fim de focar mais detalhadamente alguns aspectos que pudessem situar

<sup>4</sup> A pesquisa contou com o apoio do CNPq e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas.

como está sendo desenvolvida a atuação dos pesquisados e o que eles sugerem para a formação profissional, tendo em vista o seu cotidiano profissional.

No início da pesquisa, realizada no período de março de 2009 a dezembro de 2010, o Estado do Rio Grande do Sul, escolhido para a sua aplicação, contava com 24 municípios classificados na política da assistência social como de gestão plena. Entretanto, a sua realização aconteceu somente em 19, devido aos gestores dos outros sete, terem alegado vários motivos como impeditivos para participação, após no mínimo três tentativas de agendamento.

Foram aplicados questionários às assistentes sociais que trabalhavam no SUAS, e realizadas entrevistas semi-estruturadas com uma assistente social de cada tipo de proteção social oferecida no município (básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade), a qual era feita, preferencialmente, com a responsável por aquele tipo de proteção, ou com outra assistente social por ela delegada.

Cabe destacar que, apesar de a NOB-RH prever como uma responsabilidade dos gestores municipais a manutenção e alimentação do Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS, “[...] com um diagnóstico da situação de gestão do trabalho existente em sua área de atuação, incluindo quantidade de trabalhadores, por cargo, categorias profissionais e especialidades” (NOB-RH SUAS, 2007, p. 50-55), não foi possível ter acesso a estas informações junto à Secretaria Estadual e na

maioria dos municípios houve resistência da gestão em informar o número exato de profissionais existentes. Desta forma, foi possível levantar somente o número de assistentes sociais que estavam atuando nos municípios pesquisados, através de contatos diretos com técnicos da secretaria municipal, e mais frequentemente, com quem aceitava participar da pesquisa. A resistência na informação sobre o número exato de profissionais, segundo alguns pesquisados, era decorrente do receio em revelar a não adequação do município às orientações do SUAS.

Segundo as informações recebidas, no período de aplicação da pesquisa trabalhavam, nestes 19 municípios, vinculados às secretarias municipais e atuando diretamente no SUAS, 240 assistentes sociais. Destes, 82 (34,16%) devolveram o questionário respondido<sup>5</sup>. Cabe ressaltar, ainda, que em alguns municípios de pequeno porte havia apenas uma assistente social que realizava todo o trabalho socioassistencial, sendo que, às vezes, ainda atendia à política da saúde. E, também, que em municípios onde havia mais profissionais foi comum encontrar quem trabalhasse em mais de um tipo de

proteção. Entre os pesquisados, houve quem não soube classificar o tipo de serviço realizado no tipo de proteção adequado, evidenciando o desconhecimento sobre os tipos de modalidades de proteção social oferecidas no SUAS.

Entre os profissionais que responderam o questionário foram entrevistados 26, escolhidos pelos critérios anteriormente citados, visando um melhor detalhamento sobre as questões-chaves da pesquisa. Após a transcrição das entrevistas, a sistematização dos dados dos questionários e uma análise inicial sobre os resultados obtidos com estes dois instrumentos, foram intencionalmente selecionados 18, entre aqueles que demonstraram maior interesse em responder de forma completa os questionários, para contribuir na apreciação e discussão dos dados, através da participação em um workshop. No workshop, participaram 15 dos convidados, e foram apresentados todos os dados obtidos com a pesquisa e discutidos primeiramente em subgrupos e depois no grande grupo. Nesta oportunidade os dados foram retificados, complementados ou referendados com a participação dos presentes.

A análise final dos dados foi realizada após o cruzamento dos dados obtidos com os questionários, com as entrevistas e com a discussão realizada no workshop. O uso destes vários instrumentos, e de dados quantitativos e qualitativos é um meio de garantir uma maior aproximação com a realidade superando a mera aparência. Para a exposição dos resultados, quando possível, será apresentada a incidência das respostas com dados

<sup>5</sup> A baixa devolução dos questionários foi justificada por: falta de tempo para responder; profissionais em licença de saúde ou em gozo de férias; não gostarem de participar de pesquisas. A resistência de vários profissionais em relação à pesquisa contrastou significativamente com outros que inclusive auxiliaram na sua aplicação, facilitando o contato com o gestor, incentivando colegas a devolverem os questionários, acolhendo e conduzindo as entrevistadoras nas visitas aos municípios. Atribui-se, ainda, a não participação na pesquisa a resistência em expor o cotidiano profissional para fins de estudos e análises.

quantitativos e, outras vezes, serão transcritas algumas manifestações dos pesquisados.

Assim, tendo por base empírica os dados da pesquisa procura-se dar visibilidade à ação profissional de assistentes sociais no SUAS, em relação às funções exercidas, aos espaços sócio-ocupacionais em que atuam diretamente; aos meios mais utilizados no desenvolvimento do trabalho; a sua perspectiva ético-política; as principais dificuldades sentidas no trabalho realizado e as propostas apresentadas para uma maior qualificação da formação profissional.

Finalmente, para uma melhor compreensão do que será apresentado e analisado a seguir, apresentamos, aqui, um perfil dos pesquisados de forma resumida. Os participantes da pesquisa, majoritariamente, estão situados na faixa etária entre 30 e 49 anos, com graduação em diversas instituições de ensino superior, sendo que a maioria egressa, por ordem decrescente das seguintes instituições: UCPEL, ULBRA, PUCRS e UNISINOS. A significativa maioria (72%) concluiu a graduação após o ano de 1995, o que implica em terem minimamente passado pelas novas diretrizes curriculares (1996), conhecido o novo Código de Ética (1993) e a LOAS (1993), durante a formação acadêmica. Estão trabalhando há menos de 10 anos (67%), porém 10% exerce a profissão há mais de 20 anos. Considerando os profissionais que já possuem curso de especialização e aqueles que estavam realizando, no período da pesquisa, 60% possuem formação em nível de pós-graduação lato sensu, sendo as áreas mais citadas:

Políticas Sociais, Psicologia, Educação, Administração, Metodologia de Serviço Social. Alguns também possuem mestrado concluído (5%), mestrado em andamento (6%), doutorado concluído (1%), e doutorado em andamento (1%). Este alto índice de formação pode estar associado, em parte, ao fato destes profissionais terem sido aqueles que aceitaram participar da pesquisa.

### **Funções exercidas e espaços socioocupacionais**

Os assistentes sociais que participaram da pesquisa declararam exercer as seguintes funções no SUAS: assessoria técnica a instituições e serviços (14%); coordenação de equipe técnica, programas e/ou projetos (17%); execução de programas e projetos (58%); planejamento de ações da secretaria (9%) e outras (2%).

Em relação aos espaços sócio-ocupacionais em que estavam inseridas algumas profissionais não conseguiram identificá-los e citaram as atividades que realizavam. As respostas obtidas foram classificadas em grupos<sup>6</sup>:

**1. Atuação na proteção social básica:** Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e comunitários (62,2%); Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM (35,4%); Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto - ASEMA (23,2%); Ações Socio-Educativas de Apoio à Família – ASEF (18,3%); Plantão

<sup>6</sup> Para denominar os quatro grupos foi utilizada a nomenclatura de estruturação da Política de Assistência Social pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Social/Concessão de Benefícios Eventuais (Alimentação, Passagem); (18,3%); Grupos de convivência e oficinas - artesanato, geração de renda, terceira idade, informática (18,3%). Foram citados ainda: Centros Educativos da Fundação de Assistência; Programa de Auxílio Solidário – PAS; Benefício de Prestação Continuada – BPC; EMANCIPAR; Carteira do Idoso; Programa de Reassentamento de Interesse Social; PROSOCIAL; Projeto Cuidar; Projeto Despertar com Arte; Programa Primeira Infância Melhor – PIM; Cursos Profissionalizantes (Cabeleireiro, Lingerie, e outros); Adultos; Projeto Catador Cidadão.

**2. Atuação na proteção social especial:** Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI (65,8%); Serviço de Acolhimento Institucional (20,7%); Foram citados ainda: Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida; Serviço de encaminhamento para Prestação de Serviços à Comunidade; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Projeto Guarda Subsidiada; Programa de Apadrinhamento Afetivo; Reintegração familiar de crianças e adolescentes em situação de rua.

**3. PETI:** Programa de erradicação do Trabalho Infantil –(3,7%).

**4. Programa Bolsa Família:** Programa Bolsa Família (25,6%).

A sistematização apresentada ao expor dados quantitativos pretende destacar aqueles serviços, projetos e/ou atividades

que foram mais citados pelas assistentes sociais pesquisadas, sendo que a maioria das profissionais disse atuar em mais de um deles.

Atribui-se que a aplicação da pesquisa após a recente Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais explica o uso de nomenclaturas novas e antigas, aqui mantidas exatamente para evidenciar este período de transição da política da assistência, que implicou na apropriação dessas mudanças por parte dos profissionais. Em algumas entrevistas foi manifestada a idéia de que havia apenas mudado o nome do serviço, permanecendo as mesmas práticas anteriores, o que indica a importância de que a mudança ultrapasse a aparência para, de fato, significar um avanço qualitativo.

Pode-se perceber que os espaços de atuação dos assistentes sociais, no SUAS, são bastante diversificados, considerando o tipo de proteção social a ser oferecida e os sujeitos a quem se destinam, exigindo um profissional capaz de trabalhar com as múltiplas manifestações da questão social. De acordo com os sujeitos pesquisados, alguns determinantes da atuação independem do espaço para serem facilitadores ou dificultadores do exercício profissional, sendo citados: a questão dos recursos humanos, que precisam ser qualificados e adequados ao atendimento da demanda; das diretrizes gerais da secretaria municipal; e da capacitação das chefias imediatas. Assim, dependendo do jogo de forças estabelecido no local de atuação, dos recursos disponíveis e da capacidade interventiva do profissional para materializar direitos e/ou favorecer o desenvolvimento da autonomia dos

usuários, os espaços sócio-ocupacionais do SUAS podem facilitar ou dificultar o exercício profissional. Tendo presente, também, que nestes espaços o profissional enfrentará as contradições de uma ação profissional inserida em um Sistema de Proteção Social cuja proposta, como um todo, está na contra-mão do sistema econômico vigente na realidade brasileira.

Destaca-se que os conselhos gestores ou de direitos não foram citados como local de atuação profissional. Porém, em pergunta feita especificamente sobre a atuação em conselhos foi constatada uma presença significativa dos assistentes sociais (46%), sendo citada a participação no Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso e Conselho Municipal de Entorpecentes. Diante disso, questiona-se: - Porque os conselhos não são identificados como espaços de atuação, embora muitos profissionais (quase metade dos entrevistados) estejam atuando em vários conselhos? A omissão destes espaços, onde as práticas conselhistas se concretizam, entra em contradição com o apregoado tanto na NOB/SUAS, que reconhece a sua importância, como no Código de Ética Profissional, que em seu artigo 5º, alínea *a* destaca como dever do assistente social, nas relações com os usuários "contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais" (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p.23). Por outro lado, constatou-se, também, que não houve menção a atuação na vigilância

social, isto é, na produção de informações (dados resultantes de pesquisa) para apoiar as atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais, que possam subsidiar o caráter preventivo e proativo da política de assistência social. A omissão em relação ao exercício do controle social e da vigilância social pode indicar que os assistentes sociais identificam como espaços de atuação sócio-ocupacional somente aqueles onde atua diretamente com os usuários do SUAS, identificando a ação profissional apenas com a execução de programas, projetos e serviços.

Foi solicitada, também, uma avaliação sobre a infra-estrutura do local de trabalho, a qual foi avaliada diferentemente. Foi considerada ótima, isto é, totalmente adequada em relação à localização geográfica, ao tamanho e aos equipamentos existentes para o atendimento da demanda por 10% dos pesquisados; boa, isto é, parcialmente adequada para a prestação dos serviços, com local específico, porém com espaço reduzido para o atendimento por 29%; e, péssima, isto é, com espaço inadequado para o atendimento tanto pelo tamanho, como pelos equipamentos e localização por 5%. Foram apontados como aspectos positivos do local o espaço físico adequado para a prática profissional; a disponibilidade para uso de excelentes equipamentos; ser acessível à população usuária; e, ainda, ter sido construído especialmente para o funcionamento do CRAS, estando por isto totalmente adaptado às necessidades do serviço. E, como aspectos negativos: a falta de equipamentos, de espaços adequados aos atendimentos (não permitem

atendimento sigiloso e o acesso a pessoas com deficiência), a insuficiência de equipe técnica, a localização junto à Secretaria Municipal e/ou longe das áreas de maior vulnerabilidade social, e, ainda, não garantem a segurança para os trabalhadores e usuários. Essa realidade demonstra o distanciamento existente entre o que preceitua a NOB/SUAS (de proximidade com as áreas mais vulneráveis) e a realidade onde são ofertados alguns dos serviços nela previstos (sede da Secretaria, por exemplo). E, também, a fragilidade de análise dos profissionais já que não houve referência a fatores que são importantes, como a autonomia do profissional e a participação dos usuários nas decisões institucionais.

Ainda em relação ao local de trabalho foi constatado que a maioria dos profissionais (55%) atua nas zonas periféricas das cidades. Apesar de vários dos municípios pesquisados possuírem extensa área rural, somente 4% dos pesquisados responderam que trabalham com localidades rurais. Isto revela que o SUAS, embora tenha a territorialização como um dos seus eixos estruturantes, ainda está centrado no atendimento da população urbana, somando-se ao rol de políticas públicas que acabam colaborando para a saída da população do campo para a cidade.

#### **Atividades desenvolvidas e instrumentalização usada**

Ao serem questionados sobre as atividades desenvolvidas e os meios mais utilizados no seu cotidiano profissional, embora houvesse no questionário colunas

diferentes para a descrição de cada um deles, quase todos os pesquisados que responderam a esta questão, descreveram abaixo das colunas um conjunto de procedimentos usados na operacionalização do trabalho, os quais incluem os antigos e conhecidos instrumentos e atividades relacionadas com as atribuições e competências do assistente social. Por este motivo optou-se por apresentar a sistematização feita considerando as respostas obtidas, denominando-as, aqui, genericamente de meios usados para a operacionalização do trabalho dos assistentes sociais, no SUAS, com a finalidade específica de dar visibilidade ao entendimento dos profissionais sobre como concretizam a dimensão técnico-operativa do serviço social.

Assim, tendo por base as respostas dos questionários, no SUAS, a ação profissional é desenvolvida principalmente através de: atendimento individual (57,3%); orientação a grupos (40,2%); visitas domiciliares (33%); acompanhamento familiar (23,2%); elaboração, ordenação, execução, monitoramento e avaliação de programas e projetos (23,2%); encaminhamentos diversos (23,2%); reuniões (9,7%); entrevista individual e coletiva (13,4%); acolhimento (9,7%); orientações gerais (6,1%); acompanhamento social (8,5%); observação (3,6%); escuta sensível (3,6%); elaboração de relatórios diversos (2,43%); interlocução com a rede de serviços sócio-assistenciais, outras instituições e demais secretarias do município (0,3%); estudos, laudos e perícias sociais (0,3%).

Foram ainda citados: acompanhamento de cursos profissionalizantes; oficinas; organização de conselhos; elaboração e organização de convênios; palestras; supervisão de estágio; articulação, acompanhamento e avaliação do processo de implantação do CRAS; assembleias; informações para o Conselho Tutelar; visitas institucionais; supervisão nas unidades de execução; recursos audiovisuais; pesquisa; estudo e publicização de Leis sociais; reconhecimento e potencialização do território; diagnóstico; abordagem de rua; seminários; triagens; e capacitação da equipe de trabalho.

Estas respostas indicam que estes profissionais usam instrumentos tradicionais do Serviço Social como entrevistas, reuniões, visitas domiciliares, entre outros. Porém, também exercem funções que requerem uma nova instrumentalidade como a elaboração de laudos e perícias sociais e a abordagem de rua. Entretanto, se for considerado o conjunto de instrumentos mais usados podemos perceber que são aqueles que possibilitam trabalhar com indivíduos, grupos e famílias, com significativa prevalência para a operacionalidade da ação através do atendimento individual. Esta constatação aponta para a fragilidade da repercussão do trabalho profissional no enfrentamento da questão social, considerando que sua ação se materializa majoritariamente para o enfrentamento de problemas de um pequeno grupo de pessoas e de seus familiares. Entretanto, a análise deste limite necessita levar em consideração as determinações oriundas da própria política da assistência social, e da especificidade do espaço ocupacional em que se

encontram os profissionais e, não, de sua falta de capacitação para uma ação de caráter mais coletivo e abrangente. Fica, entretanto um alerta para uma reflexão propositiva no enfrentamento deste limite com o uso da capacidade criativa e inovadora dos assistentes sociais.

### **Perspectiva ético-política**

A perspectiva ético-política está presente no cotidiano profissional dos assistentes sociais entrevistados, tendo sido ressaltada a importância do Projeto ético-político e do Código de Ética. Os profissionais destacaram que é necessário: reforçar princípios éticos como pilares fundamentais da formação; romper com a visão assistencialista da prática profissional; clarificar sobre postura ética, oferecendo não apenas informação, mas reflexão sobre o projeto ético-político; fortalecer o compromisso ético-político; trabalhar a questão social como objeto profissional, bem como a concepção de que as ações desenvolvidas resultam em um produto social com dimensões políticas e econômicas; preparar profissionais capacitados para exercerem o trabalho direcionados pela concepção de cidadania e de direitos humanos. Revelam assim, a importância da efetivação do compromisso ético-político para um exercício profissional competente

Uma vez que é também e, prioritariamente, no cotidiano do exercício profissional, em meio às tensões e aos conflitos decorrentes da árdua tarefa de busca de universalização de direitos frente à ininterrupta exacerbação da lógica do lucro, que cabe competência teórica, política e ética para por em prática [...] os demais princípios do código (FORTI, 2009, p.149).

Desta forma, os assistentes sociais manifestaram ter conhecimento de que o projeto ético-político da profissão materializado através da Lei de Regulamentação, das Diretrizes Curriculares e do Código de Ética deve dar uma direção ao fazer profissional, contribuindo para o fortalecimento de

[...] estratégias que visem dar certa homogeneidade aos valores e posturas profissionais por meio da construção de projetos que nos indiquem o que fazer?; com que meios e estratégias; quando: para onde e com quem avançar? (mas também, se necessário, quando recuar?), e quais medidas podem ser desenvolvidas no interior da profissão visando uma atuação mais crítica, qualificada e vinculada aos movimentos sociais em busca de alianças na construção das condições capazes de instituir uma cultura democrática de respeito aos direitos historicamente conquistados pelas classes excluídas do acesso à riqueza socialmente produzida (GUERRA, 2007, p. 10).

Destaca-se, assim, a importância de os trabalhadores assumirem uma postura ética capaz de instaurar uma nova relação com os usuários, pela mediação de recursos como viabilizadores de direitos e pelo desenvolvimento da capacidade de autonomia dos usuários.

Conforme afirmado na NOB-RH/SUAS: "A Assistência Social oferta seus serviços eminentemente com o conhecimento e compromisso ético-político de profissionais que operam técnicas e procedimentos impulsionadores das potencialidades de seus usuários" (BRASIL, 2005, p.14). É importante lembrar que os trabalhadores desta política carregam consigo as marcas históricas de uma política de concen-

são. Os profissionais de serviço social, que nela desenvolvem seu exercício profissional, também possuem marcas de uma profissão que foi por longo tempo responsável apenas por uma multiplicidade de funções e atribuições destinadas a mitigar a miséria, contribuindo para a seletividade ancorada na burocracia do sistema.

A profissão também teve avanços significativos no mesmo período em que esta nova política foi sendo construída: a Lei de Regulamentação da Profissão (1993); o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993); as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (1996), e, ainda, o grande avanço na produção teórico-crítica que ultimamente tem instigado a reflexão sobre habilidades e competências profissionais e produzido parâmetros para a ação na política da saúde (CFESS, 2010) e da assistência (CFESS 2007/20010) embasados no projeto ético-político da categoria.

Entretanto, estes avanços têm rebatido de formas diferenciadas entre o conjunto da categoria que subordina o seu trabalho às condições concretas dadas pelo capital, às demandas institucionais e às necessidades dos usuários. Vários autores têm explicado as questões estruturais e conjunturais que condicionam o trabalho realizado pelos profissionais nas políticas públicas, porém ainda é escassa a produção capaz de

[...] atribuir transparência aos processos e formas pelos quais o trabalho do assistente social é impregnado pela sociabilidade da sociedade do capital, elucidando sua funcionalidade e, simultaneamente, o potenci-

al que dispõe para impulsionar a luta por direitos e a democracia em todos os poros da vida social (IAMAMOTO, 2007, p. 417).

Interessante observar que em relação a esta perspectiva as respostas foram praticamente consensuais, motivando ao abandono da quantificação de cada uma delas, bem como todas revelaram conhecimento sobre a questão. Diante disso, levanta-se a hipótese de que o projeto ético-político esteja mais apropriado pelos profissionais do que a dimensão técnico-operativa do serviço social.

### **Dificuldades enfrentadas na ação profissional no SUAS**

Segundo os participantes da pesquisa, as principais dificuldades para a ação profissional no SUAS são: baixa remuneração; infra-estrutura não adequada para o atendimento; falta de recursos humanos (técnicos) adequados à demanda crescente; falta de recursos financeiros para atendimento da demanda de forma satisfatória; entendimento limitado de gestores e de técnicos sobre a política da Assistência; a desigualdade social e a pobreza inerentes à sociedade capitalista contemporânea que rebate sobre os usuários; a autonomia da gestão territorial limitada com relações verticalizadas entre o comando único e seus entes; falta de reconhecimento por parte dos gestores das avaliações feitas pelos assistentes sociais; gestão autoritária; uso do trabalho para fins partidários (eleitóreiros) inclusive com medidas coercitivas sobre os trabalhadores; capacitações com assuntos muito focalizados; e a falta de um planejamento articulado do trabalho em âmbito municipal. Nos comentários fei-

tos durante as entrevistas, e no workshop realizado com os assistentes sociais que responderam a pesquisa, foram feitas algumas manifestações que evidenciam as contradições que atravessam o trabalho profissional no SUAS, e que indicam para a necessidade de sua superação:

O atendimento ainda é submisso, somos rotuladas como muito empíricas, e se pararmos para expediente interno (para discussão, avaliação, estudo sobre o trabalho a ser feito) somos mal interpretadas ou impedidas, porque a demanda precisa ser atendida (Ent. 25).

A demanda é crescente e o aumento de recursos humanos não é proporcional. Atende-se, na proteção social básica, demanda em grande quantidade da proteção social especial, em vista da não possibilidade dos serviços correspondentes poderem abarcar esta demanda (Ent. 18).

A grande demanda aparece como impedimento para um trabalho mais qualificado, tendo em vista a escassez de recursos humanos e a necessidade de atendimento imediato da população. E, o não atendimento revela a falha do sistema que se propõe a atender a quem dele necessitar.

Em relação ao posicionamento dos gestores, apareceram vários comentários que os colocam como responsáveis pela não concretização dos pressupostos da NOB/SUAS como pode ser percebido nos relatos transcritos a seguir:

Não se tem a prática de construir o plano de aplicação por falta de organização interna. Pede-se tudo e não se planeja. Se trabalha no 'pelo menos'. Mas, precisamos respaldar o gestor para ele saber porque as necessidades são importantes! (Ent. 14).

Os gestores da assistência social no município priorizam o assistencialismo que repercute em votos e em consequência a dependência dos usuários ao serviço. Na minha opinião, este se torna o grande entrave, motivo de debates constantes em nosso município entre os técnicos (Ent. 8).

Ainda há uma confusão do que é assistência, e das atribuições do conselho política por parte dos próprios conselheiros e do gestor (Fala de F no Workshop).

Portanto, pode-se observar que as dificuldades da ação profissional vão desde a baixa remuneração à falta de entendimento sobre a política de assistência, gerando ações muitas vezes improvisadas, burocratizadas e assistencialistas. Isto ratifica a análise de que o trabalho do assistente social

[...] exige uma ruptura com a atividade burocrática e rotineira, que reduz o trabalho do assistente social a mero emprego, como se esse se limitasse ao cumprimento burocrático de horário, à realização de um leque de tarefas as mais diversas, ao cumprimento de atividades preestabelecidas. Já o exercício da profissão é mais do que isso. É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (I-AMAMOTO, 2002. p, 21).

A pesquisa também procurou levantar propostas para uma formação profissional capaz de melhor qualificar para o enfrentamento das dificuldades encontradas no cotidiano profissional, e de responder às exigências gerais decorrentes

do SUAS, tendo por diretriz geral o projeto ético-político da profissão.

### Propostas para a formação profissional

A fim de melhor provocar os participantes para responderem à questão sobre sugestões para que a formação profissional oferecesse uma maior qualificação, a mesma foi subdividida da seguinte forma: em relação aos fundamentos teórico-se ao conhecimento técnico-operativo. Apesar de vários entrevistados afirmarem nada terem a sugerir, outros apresentaram as seguintes propostas:

a) Em relação aos fundamentos teóricos: Aumentar a exigência de conhecimento teórico; exigir o cumprimento de um determinado número de horas em seminários, palestras e cursos; aprofundar conteúdos sobre as diferentes políticas públicas, conjugando a experiência brasileira com a de outros países; oferecer uma formação voltada à realidade do Serviço Social que não seja pautada meramente por análises teóricas; oferecer conteúdos mais consistentes sobre: gestão pública, orçamento público e convênios; formação pautada na teoria vinculada à prática; enfatizar a capacidade de “escrita”. Em relação aos fundamentos teóricos foram destaques: maior conhecimento de referenciais teóricos ligados à economia e à globalização; oferecer uma disciplina específica sobre o SUAS; aprofundamento sobre política pública e concepção de direitos sociais; maior articulação com a realidade, que embora seja um aspecto considerado como o ponto forte da formação, ainda precisa ser ampliado.

b) Em relação ao conhecimento técnico-operativo: é necessário mais direcionamento ao conhecimento técnico-operativo; instrumentalizar para análise teórico-prática para efetivar a intervenção; reforçar habilidades para trabalho em grupo e com equipes interdisciplinares; incluir aspectos sobre o que é rede, como conhecê-la e articulá-la; desenvolver a sensibilidade para a acolhida das pessoas e para a escuta sensível; superar a informação e *construções* teóricas sem a vivência concreta da realidade; desenvolver habilidades e atitudes profissionais através da problematização de situações concretas; enfatizar aspectos metodológicos (como atuar); preparar para a elaboração de diagnóstico, que possibilite identificar as necessidades sociais das famílias ou de indivíduos, os fatores causais determinantes e de riscos, desvendando o grau de resistência e potencialidades, como subsídio para a construção de um Plano de Atendimento que possibilite o acesso aos direitos sociais, contribuindo na superação de suas dificuldades, e incentivando o protagonismo (tomada de decisão) para enfrentamento e/ou superação do instituído.

Além das propostas sistematizadas anteriormente, as quais foram objeto de citação no mínimo por dois pesquisadores, sendo posteriormente referendadas como importantes pelo coletivo participante do workshop, houve ainda as seguintes sugestões: formar para atuação em equipe, particularmente em trabalho interdisciplinar; melhor preparação na área de planejamento, incluindo a elaboração de programas, projetos e serviços; aprofundar sobre avaliação de políticas

sociais e indicadores sociais; instrumentalizar para análise da realidade social de forma crítica e propositiva, articulando estratégias, debates e confrontos; reforçar a metodologia de pesquisa.

Considerando este conjunto de propostas apresentadas trazemos aqui presente a análise feita por Yazbek et al. (2010):

As noções de território, de centralidade do trabalho com as famílias, de acolhimento, de ação socioeducativa, de assistência social como direito, entre outras, estão presentes no discurso dos agentes técnicos, mas por outro lado se ressentem de melhor apropriação teórico-metodológica e técnico-operativa para a intervenção nos serviços, programas e projetos. Isso porque, embora a linguagem trazida pela PNAS tenha sido incorporada no plano do discurso, há dificuldades concretas em explicitar criticamente conceitos e seus fundamentos, e também em potencializar a dimensão coletiva dos direitos sociais (YAZBEK et al. 2010, p.150).

Diante das propostas apresentadas, se percebe uma ênfase em aspectos operacionais de políticas sociais o que pode ser atribuído, em parte, ao próprio perfil dos pesquisados, os quais são executores da política de Assistência Social. Por outro lado, se constata um reforço aos conteúdos e perspectivas já contemplados nas atuais diretrizes curriculares, sem que a realidade do cotidiano profissional desperte para algo novo. Entretanto, fica um alerta sobre a importância atribuída à articulação teoria/realidade/prática, para que a formação profissional consiga capacitar profissionais para responderem às especificidades dos diferentes espaços ocupacionais.

## **Considerações Finais**

Após a exposição realizada, convém considerar que o trabalho do assistente social no SUAS convive com uma realidade de perda de direitos, de desmonte das políticas sociais universais e de caráter público, e de precarização das condições de trabalho, exigindo uma capacidade interventiva capaz de fazer os enfrentamentos necessários em busca da defesa dos direitos sociais e da consolidação do SUAS, dentro da autonomia relativa que demarca o exercício profissional dos assistentes sociais.

Esta realidade refrata de forma diferenciada entre o conjunto da categoria que subordina o seu trabalho às condições concretas dadas pelo capital e às demandas institucionais, procurando atender às necessidades dos usuários, muitas vezes passando de um fatalismo imobilizador para um messianismo perigoso como alerta Iamamoto (2002), tendo como estímulo a própria proposta de regulamentação e normatização do SUAS.

É preciso ter presente também, que a categoria profissional abarca um conjunto oriundo de períodos de formação profissional diferenciada, e de uma formação pluralista, o que gera posturas diferenciadas, as quais são condicionadas, também, pela carga sócio-histórica de cada profissional. Alguns, por suas próprias condições de trabalho subordinado e assalariado se mantêm afastados do acesso a cursos de atualização profissional.

Isto, em parte, pode explicar a apreensão subjetiva que alguns assistentes sociais têm sobre o seu próprio trabalho nas políticas sociais como sendo conflitante com a perspectiva teórica traduzida nas produções referentes à profissão, e na regulamentação das próprias políticas públicas, gerando relações ora de subordinação, ora de conciliação, ora de contradição no cotidiano profissional.

Na discussão sobre as propostas para a formação profissional, realizada no workshop, foi possível perceber uma tendência em responsabilizar o assistente social pelo sucesso ou fracasso da implantação do SUAS, quando em vários momentos havia manifestações no sentido de que era atribuição do assistente social interpretar ao gestor as exigências do SUAS, ou, de que era necessário capacitar os técnicos para garantir a implantação exitosa do Sistema, como se técnicos qualificados pudessem suprir os demais meios indispensáveis ao trabalho, esquecendo os limites advindos do sistema econômico vigente, da própria gestão da política, do conjunto de recursos disponíveis, e da realidade dos usuários. Estes determinantes requerem uma ação interventiva que não se esgota com a oferta de serviços e projetos de uma política social – no caso, com a assistência social. Assim, a responsabilização do profissional revela a fragilidade de uma perspectiva crítico-dialética na ação e na avaliação dos profissionais de serviço social.

Foi possível perceber uma apropriação maior sobre a dimensão ideopolítica do que sobre a dimensão teórica, histórica e

metodológica relação do exercício profissional com a realidade.

Estas são algumas indicações e reflexões sobre a ação profissional dos assistentes sociais no SUAS, destacando onde ele está situado, as funções que exerce, em que locais está exercendo a sua profissão e sob que condições, os meios que são mais utilizados para realizar o seu trabalho, as principais dificuldades que enfrenta e o que os profissionais sugerem para a formação profissional.

Espera-se que esta breve exposição sobre a ação profissional dos assistentes sociais no SUAS relacionada com as propostas apresentadas para melhor qualificar a sua formação, tendo em vista as exigências recorrentes de seu próprio trabalho, possa favorecer para o aprofundamento de estudos sobre a materialidade da intervenção profissional dos assistentes sociais. E, ainda, que estes estudos possam incidir na formação profissional, procurando o seu permanente ajuste às exigências da realidade sócioeconômica e política, para melhor responder aos desafios do projeto ético-político da profissão.

Porém, não podemos encerrar este trabalho sem lembrar que apesar de havermos centrado na ação dos assistentes sociais destacando, inclusive, sugestões para que a sua formação profissional possa melhor contribuir para o trabalho no SUAS, o aperfeiçoamento deste Sistema, exige uma capacidade coletiva da categoria de assistentes sociais, em articulação com os demais trabalhadores da área, no enfrentamento de vários fatores estruturais, que estão na contracorrente

deste avanço e, por outro lado, para que o horizonte de seu trabalho não seja delimitado apenas pelas prescrições do próprio Sistema.

## Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília, 2005.

COUTO, Berenice R. et. al (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice R.; MARTINELLI, Tiago. O Serviço Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS): desafios éticos ao trabalho profissional. **Argumentum**, Vitória, v.1, n.1, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15>>.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (10. Região). **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social, 2009.

FORTI, Valéria. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Ed., 2009.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e for-**

mação profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, ano 28, n.91, 2007.

SANTOS, Maria Betânia Jales dos. O trabalho do assistente social no SUAS: relações de trabalho e competências profissionais. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

YASBEK, MARIA Carmelita et.al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, Berenice R. et. al (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.